

Deputados decidem que vão ganhar mais 35%

VERBA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem um aumento salarial de 35% na remuneração dos parlamentares. Por 296 votos a 54, em votação secreta, os deputados derrubaram o veto do presidente Itamar Franco à isonomia salarial entre os três Poderes incluída pelo Congresso na medida provisória do governo que limitava os salários dos servidores públicos. Com a equiparação aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, os parlamentares, que hoje recebem CR\$ 3 milhões e 800 mil, passariam a receber os CR\$ 5 milhões 130 mil que ganham os magistrados.

O aumento — que se estende a ministros de estado, dirigentes de estatais e funcionários públicos em geral — só não se concretizou porque faltou quorum na votação do Senado. Apenas 37 senadores estavam presentes às 14h e, por requerimento do senador Esperidião Amin (PPR/SC), o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB/PB), encerrou a sessão. Lucena fará uma reunião na próxima semana com as lideranças partidárias para decidir quando a

matéria voltará a ser apreciada. Em efeito cascata, o aumento poderá significar aumento nos salários dos deputados estaduais e vereadores. Para a União, os gastos com salários podem crescer mais de CR\$ 5 bilhões (US\$ 70 milhões).

Oportunidade — O deputado Wilson Campos (PMDB/PE), que presidiu a sessão da Câmara durante a apreciação deste veto, esperou por mais de uma hora a conclusão da votação para garantir um quorum alto. O registro de 350 deputados espantou até mesmo o presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE), que criticou a inclusão desta matéria na pauta de ontem. “Não discuto a constitucionalidade da isonomia, mas a oportunidade. O presidente do Senado não devia ter colocado”.

No plenário, as críticas à derrubada do veto vieram principalmente do PT. “O Congresso está perdendo a auto-estima como poder e está se comportando como sindicato”, alertou o deputado Paulo Delgado (PT/MG). “É injustificável a defesa da isonomia

como privilégio que hoje desfruta o STF”. A derrubada do veto também contou com votos de parte da bancada do PSDB. “O Congresso não pode dar exemplo de legislar em causa própria”, observou o deputado Jubes Ribeiro (PSDB/BA).

O deputado Roberto Cardoso Alves (PTB/SP) rebateu às críticas do PT, fazendo um desafio: “O PT votou contra e vai receber. Quero ver ser coerente e não receber”. Cardoso Alves classificou de “hipócrita” a postura do PT e chegou a bater boca com o deputado José Genoíno (PT/SP) no cafeeirão do plenário.

Cassados — Três parlamentares cassáveis participaram ontem da votação do veto: Daniel Silva (PPR/MA), Ezio Ferreira (PFL/AM) e João de Deus Antunes (PPR/RS). Os candidatos a cassáveis, cujos processos estão sendo analisados pelo Ministério Público, também apareceram: Pinheiro Landim (PMDB/CE), José Luiz Maia (PPR/PI), Paes Landim (PFL/PI) e José Carlos Aleluia (PFL/BA).